

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AA) JAEKY FONSECA DE MEDEIROS

**INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ZOPACAS:
Contribuições da Marinha do Brasil, alinhadas ao Plano de Ação de
Mindelo**

Rio de Janeiro

2024

CC (AA) JAEKY FONSECA DE MEDEIROS

**INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA ZOPACAS:
Contribuições da Marinha do Brasil, alinhadas ao Plano de Ação de
Mindelo**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1) RICARDO LUIZ
DE NOVAES MONIZ DE ARAGÃO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Seria impossível produzir este trabalho, em elevado nível e de enorme importância pessoal, sozinho. As contribuições que recebi foram essenciais para alcançar os resultados apresentados nesta monografia.

Primeiramente agradeço a minha esposa Leda, meu grande amor, por sempre motivar-me e fazer-me acreditar na minha capacidade intelectual, desde quando eu ainda era Cabo. Sua firmeza na liderança dos rumos da nossa família, me proporcionou tranquilidade e segurança para alcançar sucesso profissional.

Aos meus filhos Thomas, Eduardo, Augusto e Arthur, e minha netinha Lua, pelo amor e carinho incondicionais, que me inspiram a buscar sempre ser uma pessoa melhor.

Aos meus pais, Dona Ida e Seu Juaci, pela dedicação, amor e exemplos de dignidade na minha formação e das minhas irmãs Suzana e Mara.

Ao meu orientador, o Capitão de Mar e Guerra (RM1) Moniz de Aragão, pelo profissionalismo, prontidão e gentileza que despendeu a este Oficial Aluno.

À Capitão de Mar e Guerra (RM1) Chiara e ao Suboficial (RM1) Rodrigues, da equipe de Metodologia Científica da EGN, pelos cuidados e dedicação aos Oficiais Alunos do C-Sup 2024.

Ao Contra-Almirante Demétrio, Subchefe de Assuntos Internacionais do Estado-Maior da Armada, pela compreensão e apoio à realização das minhas atividades do C-Sup.

À Capitão de Mar e Guerra (T) Nilza Barros, da Divisão de Diplomacia Naval do Estado-Maior da Armada, à Conselheira Maitê Schmitz, Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do MRE e às Professoras Doutoras Jacimária Medeiros e Carolina Ambinder, pelas importantes contribuições técnicas.

Gratidão!

RESUMO

Este trabalho explora a importância estratégica do Atlântico Sul e o papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como um instrumento para a promoção da paz, segurança e cooperação multilateral entre os países litorâneos. O estudo foca nas contribuições da Marinha do Brasil para a revitalização e fortalecimento da ZOPACAS, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação de Mindelo (PAM), firmado na VIII Reunião Ministerial em 2023. A pesquisa analisa o papel da MB na implementação das orientações do PAM, com destaque para suas ações nas áreas de cooperação ambiental, científica, econômica, de soberania e institucional. Entre as principais iniciativas da MB, estão o desenvolvimento de operações combinadas multinacionais no Golfo da Guiné, a cooperação com Estados africanos como Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe para a formação de suas forças navais, e a proteção da Amazônia Azul, essencial para a salvaguarda dos recursos naturais e da soberania brasileira. O estudo também aborda os desafios enfrentados pela ZOPACAS, como a atuação de potências externas e a urgência de maior institucionalização do fórum. Propõe-se a integração de sistemas regionais de monitoramento e controle, como o CAMAS, SisGAAz e a Arquitetura de Yaoundé, para aprimorar a segurança marítima e promover maior interoperabilidade entre as forças navais da região. A monografia conclui que o fortalecimento da ZOPACAS, através das ações coordenadas da MB e da cooperação regional, é imprescindível para a preservação do ambiente pacífico e segurança marítima no Atlântico Sul, consolidando o Brasil como líder regional e promovendo o desenvolvimento sustentável e a estabilidade na região. A Reunião Ministerial de 2026 em Brasília é vista como uma valiosa oportunidade para fortalecer a identidade sul-atlântica e avançar na institucionalização da ZOPACAS.

Palavras-chave: Atlântico Sul, ZOPACAS, Marinha do Brasil, Segurança Marítima, Cooperação Regional.

ABSTRACT

Institutionalization and strengthening of ZOPACAS: Contributions from the Brazilian Navy, aligned with the Mindelo Action Plan

This study explores the strategic importance of the South Atlantic and the role of the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) as an instrument for promoting peace, security, and multilateral cooperation among the coastal countries. The paper focuses on the contributions of the Brazilian Navy (BN) to the revitalization and strengthening of ZOPACAS, in accordance with the guidelines established in the Mindelo Action Plan, signed during the 8th Ministerial Meeting in 2023. The research analyzes the role of the BN in implementing the Mindelo Action Plan directives, highlighting its actions in the areas of environmental, scientific, economic, sovereignty, and institutional cooperation. Key initiatives include the development of multinational combined operations in the Gulf of Guinea, cooperation with African states such as Namibia, Cape Verde, and São Tomé and Príncipe for the training of their naval forces, and the protection of the Blue Amazon, which is essential for safeguarding natural resources and Brazilian sovereignty. The study also addresses the challenges faced by ZOPACAS, such as the actions of external powers and the urgency of greater institutionalization of the forum. It proposes the integration of regional monitoring and control systems, such as CAMAS, SisGAAz, and the Yaoundé Architecture, to enhance maritime security and promote greater interoperability among the region's naval forces. The paper concludes that strengthening ZOPACAS, through coordinated actions by the Brazilian Navy and regional cooperation, is essential for preserving a peaceful environment and maritime security in the South Atlantic, consolidating Brazil as a regional leader, and promoting sustainable development and stability in the region. The 2026 Ministerial Meeting in Brasília is seen as a valuable opportunity to strengthen the South Atlantic identity and advance the institutionalization of ZOPACAS.

Keywords: South Atlantic, ZOPACAS, Brazilian Navy, Maritime Security, Regional Cooperation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	-	Centro do Atlântico
ACBN	-	Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Namíbia
AGNU	-	Assembléia Geral das Nações Unidas
AFRICOM	-	Comando dos Estados Unidos para a África
AJB	-	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AMB	-	Autoridade Marítima Brasileira
ANTAQ	-	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AQUIPESCA	-	Ação de Aquicultura e Pesca
AS	-	Atlântico Sul
BIOTECMARINHA	-	Biotecnologia Marinha
CAMAS	-	Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul
CIC	-	Centro Inter-regional de Coordenação
CIRM	-	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CPLP	-	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CLPC	-	Comissão de Limites da Plataforma Continental
EEB	-	Entorno Estratégico Brasileiro
EGN	-	Escola de Guerra Naval
EMGEPRON	-	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EUA	-	Estados Unidos da América
FA	-	Forças Armadas
G7++FOGG	-	G7 mais amigos do Golfo da Guiné
GAT-FN	-	Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais
GG	-	Golfo da Guiné
GOOS-Brasil	-	Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima
Ibama	-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGP&I	-	<i>International Group of Protection and Indemnity Clubs</i>
<i>International</i>		
ITOPF	-	<i>Tanker Pollution Federation</i>
JIDO	-	Jogo Incidente de Derramamento de Óleo
Km	-	Quilometro
LCM	-	Linha de Comunicação Marítima
LEPLAC	-	Plano de Levantamento da Plataforma Continental
LRIT	-	Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a
Longa Distância		
MAN	-	Missão de Assessoria Naval
MB	-	Marinha do Brasil
MD	-	Ministério da Defesa
MN	-	Milha Náutica
MONUSCO	-	Missão das Nações Unidas para estabilização da
República Federativa do Congo		
MT	-	Mar Territorial
MRE	-	Ministério das Relações Exteriores
OND	-	Objetivos Nacionais de Defesa
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	-	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PAM	-	Plano de Ação de Mindelo
PEB	-	Política Externa Brasileira
PEM 2040	-	Plano Estratégico da Marinha 2040
PF	-	Polícia Federal
PFAB	-	<i>Partnership for the Atlantic Basin</i>
PND	-	Política Nacional de Defesa
PNGC	-	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNLD	-	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PREPS	-	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações
Pesqueiras por Satélite		
PNRM	-	Política Nacional para os Recursos do Mar
PPG-Mar	-	Programa de Pós-Graduação em Ciências do Mar
PROAREA	-	Programa de Prospecção e Exploração de Recursos
Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial		

PSRM	-	Plano Setorial para os Recursos do Mar
REVIMAR	-	Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha
REMLAC	-	Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira
PROAREA	-	Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial
PROILHAS	-	Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas
RFB	-	Receita Federal do Brasil
SIMMAP	-	Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo
SisGAAz	-	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISTRAM	-	Sistema de Informação Sobre o Tráfego Marítimo
TCRS	-	Teoria de Complexos Regionais de Segurança
UE	-	União Européia
ZC	-	Zona Contígua
ZEE	-	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	-	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O ATLÂNTICO SUL COMO ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO	11
2.1	O ATLÂNTICO SUL	12
2.1.1	O Golfo da Guiné	14
2.1.2	Ameaças	16
2.2	A ZOPACAS	19
2.2.1	Outros fóruns marítimos no Atlântico Sul.....	21
2.2.1.1	A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	21
2.2.1.2	Iniciativas que podem enfraquecer a ZOPACAS	22
2.3	A AMAZÔNIA AZUL	22
3	O PLANO DE AÇÃO DE MINDELO E A PARTICIPAÇÃO DA MB	23
3.1	O PLANO DE AÇÃO DE MINDELO (PAM).....	24
3.2	VERTENTES DE INTERESSE DO BRASIL PARA O AS	24
3.2.1	Vertente Ambiental	25
3.2.2	Vertente Científica	27
3.2.3	Vertente Econômica	28
3.2.4	Vertente Soberania	29
3.2.5	Vertente Institucional.....	31
4	COOPERAÇÃO DA MB COM ESTADOS-MEMBROS DA ZOPACAS..	33
4.1	COOPERAÇÃO COM ESTADOS DA ÁFRICA	34
4.2	COOPERAÇÃO COM ESTADOS DA AMÉRICA DO SUL	36
4.3	COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES COMBINADAS	36
4.4	INTEGRAÇÃO DE ESFORÇOS REGIONAIS	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	ANEXO A – Presenças militares na ZOPACAS	47
	ANEXO B – Mapa de Estados-membros da ZOPACAS	48
	ANEXO C – Importância do mar para o Brasil	49

1 INTRODUÇÃO

A relevância estratégica do Atlântico Sul (AS) tem despertado crescente atenção no cenário internacional, em função de suas rotas comerciais e reservas de recursos naturais. A segurança desta área marítima se tornou prioridade nos debates entre os Estados banhados por estas águas, em função de novas ameaças à estabilidade regional que desafiam a abordagem tradicional de segurança, introduzindo novas perspectivas além da questão militar, como terrorismo, tensões econômicas e crises climáticas (Buzan e Wæver, 1998).

Neste contexto, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada em 1986, emerge como um instrumento central para a manutenção da paz, estabilidade da segurança e cooperação multilateral no AS. A ZOPACAS é considerada o principal mecanismo de articulação desta área marítima, em função da adesão dos seus 24 países¹ limítrofes, conforme ilustrado no Anexo B (Brasil, 2023d).

Diante desse cenário, o Plano de Ação de Mindelo (PAM), firmado na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS em 2023, reforça diretrizes e compromissos de seus Estados-membros, visando à revitalização desse fórum regional e o fortalecimento de suas capacidades cooperativas (Brasil, 2023d). Nesse contexto, destaca-se a participação da Marinha do Brasil (MB), tanto na implementação de tais diretrizes, quanto na cooperação e segurança do AS, consolidando o Brasil como liderança regional e contribuindo para o fortalecimento da ZOPACAS.

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação da MB no processo de revitalização da ZOPACAS, com base nas propostas delineadas no PAM. Para tanto, a pesquisa está direcionada para três objetivos: analisar as ações da MB voltadas para o fortalecimento da ZOPACAS, conforme as diretrizes estabelecidas no PAM; identificar as iniciativas de cooperação realizadas pela MB em conjunto com os demais Estados-membros; e analisar o nível de engajamento dos Estados-membros em ações promovidas pela MB que visem à segurança do AS.

Dessa forma, o estudo busca responder às seguintes questões relevantes: de que forma a MB está preparada para apoiar a Política Externa Brasileira (PEB) no fortalecimento da ZOPACAS? Qual o papel da MB na implementação das

1 - África Ocidental: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo; e
- América do Sul: Argentina, Brasil e Uruguai.

orientações do PAM? E como as iniciativas de cooperação da MB contribuem para a unidade e segurança regional no AS?

A importância deste trabalho reside na análise do papel estratégico da MB na cooperação regional e na segurança marítima, enfatizando as implicações para a PEB e a estabilidade no AS, por meio do fortalecimento da ZOPACAS. O estudo contextualiza ainda, a importância geoestratégica da Amazônia Azul, abordando suas correlações com a ZOPACAS, a fim de reforçar a soberania brasileira e sua projeção de poder na região.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em uma revisão documental, incluindo documentos oficiais da MB, artigos científicos e bibliografias especializadas que contextualizam as propostas e desafios enfrentados pela ZOPACAS no cenário contemporâneo e fornecem suporte teórico à análise. A teoria de apoio que estrutura o presente trabalho é baseada no conceito de segurança cooperativa, que trata da importância das alianças regionais e da confiança mútua entre Estados para a prevenção de conflitos (Buzan, Wæver e Wilde, 1998).

A estrutura deste trabalho se divide em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a esta introdução. No segundo aborda-se o cenário geopolítico do AS, os antecedentes históricos e fundamentos da criação da ZOPACAS. No terceiro analisa-se a implementação do PAM e as respostas da MB às diretrizes estabelecidas. No quarto capítulo discutem-se as iniciativas de cooperação regionais e as ações concretas realizadas pela MB junto aos Estados-membros. Por fim, no último capítulo apresentam-se os resultados e as considerações finais sobre o impacto das iniciativas da MB para o fortalecimento da ZOPACAS.

Dessa forma, o presente trabalho busca detalhar as ações da Marinha do Brasil, a partir do PAM, para o fortalecimento da ZOPACAS, como um mecanismo de cooperação e unidade regional, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias adotadas pelo Brasil, a fim de promover a segurança e estabilidade no Atlântico Sul.

2 O ATLÂNTICO SUL COMO ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO

Neste capítulo abordar-se-á a importância geopolítica do AS e os esforços para manutenção do aspecto pacífico desta área marítima. O AS é uma vasta área marítima que inclui a Amazônia Azul, essencial para a economia brasileira, em função do comércio exterior e a exploração de petróleo e gás natural. Em

contrapartida, ameaças como pirataria no Golfo da Guiné (GG) e presenças de atores extrarregionais são realidades que não devem ser desprezadas. Nesse contexto, releva-se a importância do Brasil para a segurança das águas do AS, por meio da atuação da MB, responsável pela vigilância marítima e proteção da Amazônia Azul.

O protagonismo regional do Brasil é destacado por suas iniciativas para a criação da ZOPACAS, a fim de assegurar o AS livre de armas nucleares e conflitos militares. Além da segurança regional, a ZOPACAS reforça a cooperação entre os Estados limítrofes do AS, fortalecendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.

2.1 O ATLÂNTICO SUL

O AS e os países da margem ocidental da África são identificados pela Política Nacional de Defesa (PND) como áreas de interesse prioritário, constituindo o Entorno Estratégico Brasileiro (EEB). O AS é uma vasta região marítima com imensuráveis recursos naturais, essenciais para o desenvolvimento socioeconômico dos países que o margeiam. A segurança deste espaço marítimo é de extrema importância estratégica para o Brasil. A PND estabelece, ainda, como prioridade a proteção do AS pelas Forças Armadas (FA) e outros segmentos da sociedade, a fim de garantir a defesa nacional (Brasil, 2020b).

A área de interesse estratégico para o Brasil no AS, delimitada longitudinalmente pela América do Sul e pela África, ao norte pelo paralelo 16° e pela Antártica ao sul, é uma área de grande potencial econômico, especialmente pela existência de reservas de hidrocarbonetos em grandes profundidades. Atualmente o AS responde por aproximadamente 20% da produção mundial de petróleo. Ressalta-se que a China e os Estados Unidos da América (EUA) importam mais de um terço de petróleo de países do continente africano, destacando-se Nigéria e Angola. Assim, o AS passou a ser um importante espaço da geopolítica mundial (Costa, 2014).

Esta área marítima representa extrema importância para o Brasil, tendo em vista as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), responsáveis por 95% do escoamento do comércio nacional e suas fontes imensuráveis de recursos naturais, como as reservas de petróleo na Plataforma Continental (PC) brasileira e, considerando a exploração em águas jurisdicionais de outras nações no GG. Tal

patrimônio desperta interesses no cenário internacional, potencializando a necessidade de estratégias para a promoção da segurança marítima do AS, especialmente por parte do Brasil que aspira à condição de Potência Regional.

Os países limítrofes do AS possuem semelhanças relevantes, são países em desenvolvimento, com populações majoritariamente distribuídas próximo aos litorais e compartilham de problemas similares. Conforme explica Hatje *et al.* (2021, *apud* Robles, 2022, p. 39), “A má gestão por parte de um país afeta outros, pois as correntes marítimas, os recursos biológicos e os dejetos circulam para além das fronteiras nacionais e causam danos a todos, já que o oceano se comporta como um corpo conectado”.

Entende-se que analisar e refletir sobre os problemas comuns é um ponto de partida eficaz para fomentar a cooperação. Apenas, ao identificar as dificuldades comuns, assim como as perspectivas e métodos de cada país da região, será viável desenvolver soluções de forma cooperativa (Brasil, 2023a).

Nesse contexto, a reflexão por soluções coletivas e concentração de esforços para a segurança marítima regional poderiam ser apoiadas por uma identidade regional sul-atlântica. A ZOPACAS representa tal identidade, com foco na cooperação e relações de confiança entre os Estados banhados pelo AS (Amorim e Chiozzo, 2017). Esta identidade regional sul-atlântica visa, não apenas, promover interesses comuns entre os países da região, mas também reduzir interferências de atores externos (Abdenur e Neto, 2014).

A identidade sul-atlântica encontra apoio teórico em Buzan e Wæver (2003), por meio da Teoria de Complexos Regionais de Segurança (TCRS), que trata a importância das alianças regionais e a confiança mútua entre Estados, enfrentando desafios específicos de suas respectivas regiões, para a prevenção de conflitos (Buzan e Wæver, 2003). Neste sentido, a ZOPACAS pode ser interpretada como um exemplo de um complexo de segurança regional. A TCRS propõe que a segurança em uma região é interdependente, com as ameaças e preocupações de segurança sendo moldadas predominantemente pelas interações entre os países de determinada região, mais do que por fatores globais. No caso dos países banhados pelo AS, a ZOPACAS se estabelece como uma estrutura para lidar coletivamente contra ameaças regionais, aumentando a estabilidade e legitimidade das suas soberanias.

No contexto africano, a ZOPACAS proporciona uma plataforma capaz de potencializar os posicionamentos de países que possuem capacidades de influência restritas, possibilitando maior confiança e firmeza para decisões no cenário geopolítico, legitimando a soberania dos Estados africanos (Gonzalez, 2014). Do lado sul-americano, a ZOPACAS atua como uma ferramenta de defesa para assegurar os interesses da soberania brasileira sobre sua extensa área marítima, dos interesses argentinos com relação às Ilhas Malvinas e na busca uruguaia por recursos energéticos e no pleito de sua PC (Rizzi e Bueno, 2021).

Dentro dessa lógica e considerando as características geoestratégicas, percebe-se que as preocupações relacionadas ao AS, embora predominantemente focadas em segurança e defesa, podem se estender para incluir questões ambientais, econômicas e sociais, conforme o conceito de segurança ampliada, que expande a percepção de segurança para além do domínio militar, incluindo dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais (Buzan, Wæver e Wilde, 1998). Dessa forma, pode-se interpretar o surgimento da ZOPACAS como sendo fundamentado, mesmo que de forma implícita, na capacidade dos países costeiros de exercer projeção política, econômica, militar e cultural por meio da exploração do mar (Mesquita *et al*, 2024).

A oportunidade de cooperação proporcionada pela ZOPACAS possibilitou ao Brasil, intensificar suas relações com os países africanos, integrando ações da MB, por meio de programas de instrução e ensino em áreas técnicas e de defesa. Além disso, o país tem adotado uma nova postura em relação ao AS, reconhecendo a importância dessa região para os interesses nacionais, em função de sua reserva de recursos energéticos, sua rota de transporte, intercâmbio comercial e como plataforma de influência e projeção para a África (Rizzi e Bueno, 2021).

2.1.1 O Golfo da Guiné

O GG constitui uma região no noroeste do continente africano, marcada pela Linha do Equador e pelo Meridiano de Greenwich. Seu espaço marítimo é composto por nove países², com seis mil quilômetros de costa, rico em reservas energéticas e com portos bem estruturados, como Lagos (Nigéria), Abidjam (Costa do Marfim) e

² Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe.

Douala (Camarões), contrastando com a realidade socioeconômica das populações dos seus Estados. Nesta região marítima, temos condições estratégicas que oferecem estímulos à navegação e ao comércio regional, devido a sua proximidade com a Europa e a América do Sul (Affonso e Valença, 2023). Por outro lado, em 2020 o GG foi responsável por 90% dos casos de pirataria mundiais (Lusa, 2021).

Os desafios a serem superados contra a pirataria e outros crimes transnacionais marítimos como pesca ilegal e tráfico de drogas e armas, são exaustivos e inumeráveis. Em função da fragilidade dos Estados locais do GG, em prover segurança marítima à região, há uma clara percepção de vontade política, ao apoio de atores extrarregionais, na busca de resultados concretos (Barbosa, 2023). Além das ameaças citadas, a importância estratégica desta área marítima, no fornecimento de hidrocarbonetos e LCM, favorecem o desenvolvimento de arranjos multilaterais com atores externos (Affonso e Valença, 2023).

Embora seja um equívoco pensar que a cooperação internacional ocorra sem interesses particulares, especialmente em uma região como o GG, que é rica em recursos naturais, particularmente petróleo, é possível que haja uma sinergia entre os interesses e os mecanismos de cooperação entre nações. No entanto, para que tais ações tragam benefícios reais para os países da região, elas devem priorizar o fortalecimento das capacidades locais e a busca pela autonomia dos Estados na solução de seus próprios problemas. Além disso, é fundamental estabelecer mecanismos de coordenação para as práticas existentes, promovendo um diálogo e uma articulação eficaz e mais eficiente entre os diferentes atores envolvidos (Affonso e Valença, 2023).

Essa perspectiva reforça a idéia de que a segurança regional deve ser compreendida como uma construção multidimensional, envolvendo a cooperação em diversas esferas, além da militar, conforme sugerido por Buzan em sua abordagem ampliada da segurança (Buzan, Wæver e Wilde, 1998).

A cooperação de diversos atores é muito bem exemplificada pela iniciativa criada em 2013, pelo Grupo composto pelos países das sete maiores economias do Mundo (G7³), denominada G7 mais amigos do Golfo da Guiné (G7++FOGG). Esta iniciativa conta com as participações de Estados locais, da União Européia (UE) e da OTAN. O Brasil faz parte desta iniciativa, desde 2021 (Affonso e Valença, 2023).

3 Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e EUA (CNN, 2024).

Em nível regional destaca-se o Código de Conduta de Yaoundé, ratificado em 2013, a fim de fortalecer a cooperação, integração e interoperabilidade entre os Estados do GG, para a proteção e segurança marítimas da região. Tem sua base em um Centro de Coordenação inter-regional, chamado de Arquitetura de Yaoundé, composto por estruturas de intercâmbio e análise de informações (Brasil, 2023a).

A segurança marítima do Golfo da Guiné representa o maior desafio da atualidade no AS. Tendo em vista suas riquezas em recursos naturais, como petróleo e gás natural, e suas rotas marítimas estratégicas, atos de pirataria e contrabando assolam esta área marítima, precária em vigilância e patrulhamento por parte dos seus países limítrofes. Além disso, potências mundiais estão envolvidas em parcerias e alianças estratégicas para assegurar o acesso a tais recursos e à estabilidade regional. O interesse privado presente na região, por meio de grandes empresas petrolíferas, também é motivo de preocupação, tendo em vista a ampliação de atividades de tais entes privados para outras áreas, de responsabilidades estatais, como a segurança marítima.

2.1.2 Ameaças

A descoberta de reservas de energéticas na costa do Brasil colocou o país entre os que possuem maior potencial para a extração de petróleo. Contudo, essa possível riqueza tem atraído interesse global, chamando a atenção não apenas para o Brasil, mas também para todo o AS (Souza *et al.*, 2016). A crescente atenção internacional voltada para o AS evidencia a necessidade de uma vigilância constante e de uma Marinha preparada para proteger os interesses brasileiros e a estabilidade regional, conforme explicado por Vidigal, na citação a seguir:

Esse mesmo mar, via que ontem trouxe os colonizadores, amanhã pode ser o caminho usado por agressores. É ilusão acreditar que não há ameaças na atualidade. Elas existem e, no que concerne ao mar, seria uma irresponsabilidade ignorar a necessidade de uma Marinha poderosa, capaz de inibir as agressões pela dissuasão ou, falhando esta, de conter os agressores (Vidigal *et al.*, 2006, p. 257).

Em 2013, em Montevideu, na primeira participação do Ministro de Estado da Defesa do Brasil em Reuniões Ministeriais da ZOPACAS, Celso Amorim destacou a importância de iniciativas de defesa para proteger a região: “se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar. E não da

maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial” (Brasil, 2013).

A falta de capacidade dos países da região em explorar os espaços marítimos comuns atrai o interesse de potências estrangeiras, que estão dispostas a assumir esse papel. Aliado a isto, as incipientes capacidades navais limitadas dos países litorâneos do AS impossibilitam o controle necessário para segurança desta área marítima. Somente Brasil e África do Sul possuem alguma capacidade efetiva nas suas águas jurisdicionais, ressaltando a necessidade premente de edificação das Forças Navais e sistemas de detecção. Em que pese a importância da liberdade de navegação para o desenvolvimento dos Estados-membros da ZOPACAS, a ausência de um poder naval consistente no AS é evidente e preocupante, favorecendo a intervenção de atores extrarregionais, em detrimento dos Estados da região (Reis e Pires, 2014). Assim, cabe ao Brasil exercer a liderança regional no AS.

Em entrevista recente, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, manifestou a preocupação da Força Naval, em função da instabilidade do EEB, ressaltando a necessidade de maiores investimentos para aumentar a capacidade de monitoramento e persuasão das FA do Brasil, face à elevação da quantidade de instalações dos EUA e da China na América do Sul e de potências europeias no oeste africano (Vasconcelos, 2024).

Dadas as características operacionais limitadas das FA da região, bem como a deficiência da capacidade referente à segurança marítima, o AS torna-se vulnerável à penetração de forças estrangeiras e à elevação de ilícitos. A presença de potências militares extrarregionais, ilustradas no Anexo A, contribuem para o sentimento de insegurança regional (Rucks, 2014).

A expansão da OTAN para o AS não deve ser descartada, tendo em vista o crescente interesse europeu e estadunidense em hidrocarbonetos e minerais da região, especialmente pelo aumento da demanda energética do Golfo da Guiné (Reis e Pires, 2014). Recorde-se que uma das premissas da criação da ZOPACAS, era justamente de impedir a entrada da OTAN no AS.

É amplamente conhecida a presença militar do Reino Unido, que protagonizou a Guerra das Malvinas em 1982, contra a Argentina, e possui soberania em mais quatro territórios insulares, dispostos estrategicamente nesta área marítima, o que permite-lhe posição militar privilegiada no AS, proporcionando

aos seus navios e aeronaves um significativo apoio e base para operações de longo alcance (Chiozzo, 2019).

Quanto aos EUA, ressalta-se que aproximadamente 20% de suas importações de petróleo são provenientes do GG. A presença militar estadunidense no AS ganhou força em 2008 com a reativação de sua IV Frota, com sede na Flórida e atuação abrangendo o AS e com a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) (Reis e Pires, 2014).

O AFRICOM tem atuado de forma destacada, com a realização de exercícios navais combinados com marinhas de países do GG, na costa ocidental da África, e com países da OTAN, em águas sul-atlânticas, coordenando o exercício naval “*Obangame Express*” (Pimentel, 2016).

A IV Frota da Marinha estadunidense opera nas águas das Américas Central e do Sul. A recente operação naval, denominada “*Southern Seas 2024*,” é uma real demonstração da extensão do poder militar estadunidense, com o emprego de meios navais e aeronavais, capitaneados pelo Porta-Aviões “*USS George Washington*” realizando exercícios navais no AS. Esta foi a décima operação deste porte realizada pela IV Frota no AS, e a terceira com o emprego de Porta-Aviões (EUA, 2024). Embora a operação prometa fortalecer a cooperação e a capacidade de defesa entre os EUA e países sul-americanos envolvidos, ela também alerta aos governos e às sociedades da região, para ponderarem os benefícios da segurança em relação à preservação da autonomia (Teles, 2024).

De forma mais passiva, a França também possui apoio geoestratégico no AS, em função da localização da Guiana Francesa. A presença militar daquela potência europeia também é verificada em três países do GG⁴, bem como na condução do exercício naval combinado “*Africa Grand Nemo*” (Brasil, 2021).

A influência da China tem crescido consideravelmente, por meio de parcerias para desenvolvimento de infraestruturas nos países africanos, exploração de petróleo e pesca nas águas do AS. A China é detentora dos maiores investimentos econômicos na região, devido às intensas relações comerciais com países da ZOPACAS. A estatal chinesa *China National Offshore Oil Corporation* possui relevantes ativos na Nigéria, Argentina, Brasil e Venezuela, além de contar como seus maiores fornecedores, Angola e Brasil. Na Argentina, outra empresa chinesa, a *China Satellite*

4 Senegal, Costa do Marfim e Gabão.

Launchand Tracking Control General, administra uma estação espacial, sob a coordenação do Exército chinês (Brasil, 2021).

2.2 A ZOPACAS

A ZOPACAS surgiu em meio ao clima de insegurança da Guerra Fria. À época, a fim de proteger a região sul-atlântica da ameaça comunista, a África do Sul liderou a criação de um arranjo multilateral de defesa, similar à OTAN, a OTAS. Entretanto, tal proposta não se concretizou devido à falta de interesse regional. Em contraponto à proposta da OTAS e mercê da demonstração de poder militar britânico na Guerra das Malvinas, o Brasil percebeu que esquemas de cooperação militar poderiam agravar tensões internacionais no AS, e propôs a criação de uma zona de paz e cooperação para preservar a natureza pacífica do AS (Coutinho, 2014).

Em 27 de outubro de 1986, a proposta brasileira foi aprovada pela 50ª Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU), por meio da Resolução A/RES/41/11, criando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS. É importante destacar que os EUA se opuseram a criação da Zona, com voto contrário, enquanto alguns países europeus optaram por se abster na votação da resolução da ONU (Coutinho, 2014).

A intenção inicial da ZOPACAS era a proteção da área de tensões alheias e assegurar que o AS viesse a servir apenas a propósitos pacíficos, procurando deixar a área livre da presença de armas nucleares (Chiozzo, 2019). Mais tarde, o fortalecimento de aspectos econômicos e sociais, e a preservação de recursos ambientais marinhos, também passaram a ser priorizados.

Desde a sua criação, a ZOPACAS passou por períodos de atividades intensas, assim como por momentos de latência. As principais atividades do fórum foram materializadas em reuniões ministeriais de alto nível, cuja cronologia é ilustrada na figura 1. O objetivo destas reuniões é fomentar a cooperação econômica, a proteção ambiental, o avanço científico e tecnológico e a promoção cultural. Além disso, buscaram aprimorar mecanismos diplomáticos e assegurar o estado pacífico entre seus membros, abordando ameaças do crime transnacional (Silveira, 2015).

Percebe-se na linha do tempo da ZOPACAS, conforme figura 1, hiatos na continuidade de suas atividades, definidos por Saraiva (2012) como "silêncios atlânticos" (Saraiva, 2012). Em 2021, em meio ao último "silêncio atlântico", o Brasil

novamente liderou um esforço junto à ONU, a fim de retomar as atividades da Zona. Em resposta, a 75ª Sessão da AGNU adotou a resolução A/RES/75/312, com o propósito de revitalização da ZOPACAS, designando Cabo Verde como sede para a VIII reunião ministerial. Esta reunião ministerial será explanada em sessão própria.

Figura 1 – Cronologia de Reuniões Ministeriais da ZOPACAS

Criação ZOPACAS	Abuja Nigéria	Somerset West África do Sul			Luanda Angola	Mindelo Cabo Verde	
↓	↓	↓	↓	↓		↓	
1	1	1	1	2		2	2
9	9	9	9	0	Silêncio Atlântico	0	0
8	8	9	9	0		1	2
6	8	4	6	7		3	6
	↑	↑	↑			↑	↑
Rio de Janeiro Brasil		Brasília Brasil	Buenos Aires Argentina		Montevideú Uruguai		Brasília Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Brasil (2023d).

Nesta fase mais recente da ZOPACAS, o cenário internacional é de renovado interesse pelo AS, em nível regional e global. A Zona é considerada uma área estratégica para o Brasil, classificada como uma prioridade em sua política externa e de defesa (Rizzi e Bueno, 2021). As descobertas recentes de petróleo nas margens sul-americana e africana do AS foram determinantes para a revalorização da ZOPACAS. Outros fatores como o crescimento do tráfego marítimo e do comércio internacional, e a riqueza das áreas pesqueiras, também foram relevantes (Chiozzo, 2019).

Na contramão, percebe-se que institucionalmente, a ZOPACAS está aquém de sua importância para o AS, conforme explicou Robles: “a estrutura organizacional da ZOPACAS ainda é frágil, sem uma sede fixa, uma arquitetura institucional definida ou um quadro permanente de funcionários” (Robles, 2022, p. 41).

As Marinhas dos 24 Estados-membros da ZOPACAS possuem limitada capacidade dissuasória. Alguns Estados do continente africano possuem modestas Forças Navais, algumas apenas de forma nominal, as quais não conseguem combater o aumento das atividades criminosas que ameaçam a segurança marítima de suas águas costeiras. Em termos militares, a ZOPACAS tem uma capacidade precária (Chiozzo, 2019).

Presenças de potências nucleares no AS, conforme descrito na seção 2.1.2 deste trabalho, contrariam os ideais centrais da ZOPACAS, elevando a preocupação com segurança na região. É preciso ainda, observar com cautela ações de outros

fóruns marítimos com relação ao AS, os quais suas atuações podem enfraquecer a ZOPACAS, conforme exposto na seção 2.2.1.

Embora o risco direto de conflito militar com atores extrarregionais, atualmente seja reduzido, a ZOPACAS figura com proeminência nas discussões sobre segurança marítima, paz e cooperação no AS. A preocupação mais urgente é combater as ameaças atuais à paz no GG, principalmente reprimindo a pirataria e o tráfico de drogas.

2.2.1 Outros Fóruns Marítimos no AS

Além da ZOPACAS, outros fóruns marítimos figuram no AS, com impactos positivos ou prejudiciais aos objetivos da Zona. Este trabalho abordará somente os fóruns mais relevantes aos interesses da ZOPACAS.

2.2.1.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A CPLP, instituída em 1996, possui ligação muito próxima com a ZOPACAS, pois seis⁵ dos seus nove membros são banhados pelo AS. A PND despende especial atenção à CPLP em relação à cooperação de defesa, em face dos laços históricos e culturais entre o Brasil e os demais Estados-membros (Brasil, 2020b).

A fim de alcançar seus objetivos gerais de concertação política e cooperação social, cultural e econômica entre seus Estados-membros, a CPLP conta com investimentos de instituições públicas, não governamentais e privadas. Estruturalmente, a CPLP destaca-se por possuir uma Secretaria Executiva e um Instituto de Língua Portuguesa, sediados em Cabo Verde. A comunidade possui ainda um comitê composto por integrantes de todos os Estados-membros que reúnem-se mensalmente para verificarem os cumprimentos das deliberações da Secretaria Executiva (CPLP, 2024b).

A importância despendida pela CPLP aos temas de Segurança e Defesa pode ser observada pela realização de reuniões regulares de Ministros de Defesa, de Chefes de Estados-Maiores Gerais e Conferências de Marinhas dos seus Estados-membros. Além disso, a Comunidade possui um Colégio de Defesa instituído em

⁵ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

2016, com o objetivo de estimular a cultura da Defesa entre os países integrantes. A realização do exercício conjunto anual “Felino” caracteriza bem a interoperabilidade das FA dos Estados-membros da CPLP, por meio da realização de treinamentos para operações de paz e de caráter humanitário, com o respaldo da ONU (CPLP, 2024a).

Em que pese a CPLP tenha sido instituída somente dez anos após a ZOPACAS, esta Comunidade possui estrutura organizacional mais sólida, destacando-se pelo desenvolvimento de atividades regulares, sob a coordenação de uma secretaria executiva, com sede fixa, e reuniões regulares em variadas áreas de interesses de seus Estados-membros.

2.2.1.2 Iniciativas que podem enfraquecer a ZOPACAS

A fragilidade institucional da ZOPACAS, com baixa frequência de atividades efetivas, abre espaço para aproximação de potências extrarregionais, por meio da institucionalização de fóruns marítimos diversos, sob a perspectiva de considerar o Oceano Atlântico, como um oceano único, oportunizando a presença de atores externos, com interesses ilegítimos mascarados, frente ao potencial de riquezas abrigado no AS.

A iniciativa estadunidense Parceria para a Bacia do Atlântico (PFAB, do inglês *Partnership for the Atlantic Basin*), criado em 2010, propõe extinguir a divisão histórica que divide o Atlântico Norte do Sul, sugerindo a união de todos os países, a fim de enfrentar as dificuldades contemporâneas decorrentes das mudanças internacionais (Rizzi e Bueno, 2021).

Portugal lidera o fórum Centro do Atlântico (AC, do inglês *Atlantic Center*). Com sede nos Açores, promove debates para a defesa do Atlântico, envolvendo especialistas de países da bacia do Atlântico e parceiros externos, para a produção e disseminação de conhecimento e desenvolvimento de políticas, a fim de contribuir com a soberania e segurança dos Estados ribeirinhos (Portugal, 2024).

Pontua-se ainda, o fortalecimento da posição do G7++FOGG, de maneira definitiva, em função do apoio multidisciplinar à Arquitetura de Yaoundé, consolidando as presenças de atores externos naquela sensível região (Affonso e Valença, 2023).

2.3 A AMAZÔNIA AZUL

A Amazônia Azul constitui-se como um conceito político e estratégico disseminado pela MB, desde 2004, quando o então Comandante da Força Naval, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, publicou um artigo com título “A outra Amazônia”, no qual fez uma analogia, comparando a extensão da Amazônia Verde à área marítima designada como Amazônia Azul, ressaltando a semelhanças entre as diversidades de riquezas e importância das duas regiões do Brasil (Carvalho, 2004). A Amazônia Azul compreende a área marítima brasileira, composta, pelo Mar Territorial (MT), Zona Contígua (ZC), Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Plataforma Continental (ZC), totalizando 5,7 milhões de km², correspondendo a 67% do território brasileiro. A MB exalta a Amazônia Azul, a fim de fomentar a mentalidade marítima e o sentimento nacional de soberania com relação ao AS (Rizzi e Bueno, 2021).

A percepção da importância da Amazônia Azul pela sociedade pode ser materializada pela incorporação deste conceito ao Atlas Geográfico Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para o Ensino Médio (Ribeiro, 2024). Uma iniciativa importante para infundir na parcela da população educacional brasileira, a importância do mar para o nosso desenvolvimento econômico e social.

A importância do mar para o Brasil, conforme exposto no Anexo C, juntamente com a responsabilidade de sua proteção, nos levam a analisá-lo sob quatro vertentes: Econômica, Ambiental, Científica e de Soberania (Brasil, 2024c). A importância de tais aspectos será apresentada na seção 3.2.

A importância geoestratégica da Amazônia Azul demanda especial atenção no âmbito político, a fim de alcançar e preservar os objetivos nacionais, com ênfase no progresso e na soberania. É necessário estabelecer vigilância e ações de presença para assegurar a exclusividade na exploração de seus recursos (Paiva, 2015).

3 O PLANO DE AÇÃO DE MINDELO E A PARTICIPAÇÃO DA MB

Neste capítulo será abordado a VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS, detalhando as orientações estabelecidas pelo PAM com as respectivas respostas da MB.

A MB tem se envolvido ativamente na promoção da estabilidade regional por meio de cooperação naval, treinamento, exercícios militares conjuntos e apoio

técnico a países africanos. Além da segurança marítima, tais ações contribuem para a projeção da influência brasileira e proteção dos interesses nacionais no AS.

3.1 O PLANO DE AÇÃO DE MINDELO (PAM)

Nos dias 16 e 17 de abril de 2023, Mindelo, Cabo Verde, sediou a VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS. A reunião contou com representantes de dezesseis Estados-membros e marcou a retomada das atividades de altos níveis, após dez anos (Navarro, 2023).

Nessa reunião, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, definiu a ZOPACAS como um “mecanismo para o estabelecimento de uma nova ordem internacional multipolar” e colocou a África como prioridade da PEB, salientando que “os países das duas margens do Atlântico Sul podem constituir verdadeira força em favor da construção de uma ordem internacional multipolar” (Brasil, 2023e). O Chanceler brasileiro destacou a importância da cooperação efetiva e o diálogo permanente, a fim de evitar atividades ilícitas ou conflitos alheios à região, e propôs três linhas de ações para o fortalecimento da ZOPACAS: a cooperação, a institucionalização e o engajamento (Brasil, 2023e).

Quanto à participação da MB, o Ministro Mauro Vieira ressaltou o comprometimento da Força Naval, ao reconhecer que o AS é vital para todas as sociedades litorâneas, evidenciando a necessidade de manter o seu caráter pacífico, apresentando, dessa forma, a priorização estratégica de primeira ordem e enfatizando a relevância da capacidade de patrulhar e de defender esta área marítima (Brasil, 2023e).

Resultado dos debates acerca da diversidade de temas abrangidos pela ZOPACAS, foram emitidos a Declaração de Mindelo e o PAM. Tendo em vista o caráter orientativo adotado pelo PAM, o presente trabalho realizará a análise do seu conteúdo e das ações relacionadas levadas a efeito pela MB.

3.2 VERTENTES DE INTERESSE DO BRASIL PARA O AS

O PAM é um documento extenso, composto por dez eixos, como uma clara expressão da complexidade das relações multilaterais da ZOPACAS. Examinando minuciosamente tais eixos, expandidos em 73 orientações específicas, percebe-se

uma correlação muito próxima às abordagens das vertentes da Amazônia Azul. Dessa forma, o PAM fica alinhado à posição de Estado do Brasil. Outrossim, verificou-se a necessidade de inclusão de uma área específica, a fim de recepcionar as orientações com objetivo de institucionalização da ZOPACAS, a qual será denominada Vertente Institucional. Assim, serão apresentadas as cinco vertentes, enquadrando todos os eixos e itens, constantes do PAM, seguidas das ações realizadas pela MB.

Todavia, faz-se necessário introduzir a apresentação de um arranjo institucional que desempenha um papel de vital importância no desenvolvimento de ações da MB, alinhadas às recomendações do PAM, com ênfase na conservação e gestão sustentável dos recursos marinhos da Amazônia Azul, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Criada em 1974, a CIRM é coordenada pelo Comandante da Marinha e composta por membros de dezesseis ministérios, com o intuito de coordenar ações referentes à Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), por meio de iniciativas de elevada importância para o conhecimento científico do AS, as quais serão explanadas dentro das vertentes afins (Brasil, 2024b).

3.2.1 Vertente Ambiental

Os riscos decorrentes do aumento do comércio marítimo, da degradação ambiental, da poluição das águas e da exploração de recursos energéticos e minerais destacam a importância da proteção da Amazônia Azul. Assim, a sociedade precisa de políticas públicas que assegurem a preservação ambiental, a sustentabilidade e a exploração responsável desses recursos (Brasil, 2024c). Dessa forma, as seguintes recomendações do PAM serão trabalhadas na vertente ambiental:

- Eixo II - Cooperação na Área Ambiental: Conservação e utilização sustentável do ambiente marinho e dos recursos marinhos vivos, investigação científica marinha e alterações climáticas. Os itens 2, 5 e 14 deste eixo, serão tratados pela Vertente Científica.
- Eixo III - Oceanos e Recursos Marinhos, nos itens 1, 8, 9, 10 e 12, que recomendam a união de esforços para promover a conservação dos ecossistemas marinhos, reforçar a gestão dos recursos pesqueiros e combater a poluição e a pesca ilegal, através da aplicação de acordos internacionais e da cooperação científica e técnica.

Nesta vertente, no contexto brasileiro, a CIRM desenvolve o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a fim de estabelecer normas gerais visando a gestão ambiental da zona costeira do Brasil, promovendo o ordenamento do uso dos recursos naturais, dos espaços costeiros e o efetivo controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental (Brasil, 2024b).

A MB, no desempenho de suas atribuições de Autoridade Marítima Brasileira (AMB), estabelece procedimentos a fim de prevenir a poluição hídrica causada por embarcações e orientar ações para enfrentar derramamentos de óleo e gerenciar águas de lastro, visando proteger ecossistemas e garantir a sustentabilidade das águas brasileiras (Marques, 2022). Vidigal chamou atenção, ainda em 2006, sobre os catastróficos danos causados por um grande derramamento de óleo no mar:

O petróleo e seus derivados, introduzidos no mar pelos efluentes terrestres lançados nos rios, pela exploração *offshore*, pelo tráfego marítimo e por vazamento ou derramamento nos rios e nos mares, provoca, por vezes, acidentes espetaculares, de caríssima e complicada remediação. (Vidigal *et al.*, 2006, p. 159).

A extensão e complexidade de um acidente ambiental marinho de grandes proporções foram verificadas em 2019, quando a costa do Nordeste brasileiro foi atingida por manchas de óleo, oriundas de derramamento ilícito em alto-mar. Neste acidente ambiental, considerado o maior da história no litoral brasileiro, a MB coordenou as operações de limpeza de praias e contribuiu significativamente com as investigações e identificação de navios suspeitos da origem do vazamento de óleo.

Uma importante ferramenta utilizada pela MB para indicação de prováveis navios causadores do incidente foi o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), por meio da análise das movimentação de navios mercantes nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Carvalho, 2022). Neste sentido, Vidigal já destacara que o acompanhamento do tráfego marítimo facilita o enfrentamento de desastres ecológicos provocado por derramamento de óleo no mar, por possibilitar alarme rápido, facilitando atividades de contenção (Vidigal *et al.*, 2006).

Com o aprendizado deste desastre ambiental, a Escola de Guerra Naval criou o Jogo Incidente de Derramamento de Óleo (JIDO), com o objetivo de preparar decisores de órgãos governamentais e não governamentais envolvidos em incidentes destas proporções (EGN, 2023).

É importante entender que a poluição marinha é um fenômeno que não respeita fronteiras, portanto adquire relevância local, regional e global. Daí a necessidade de acordos regionais e internacionais que envolvam intrincados arranjos econômicos e de harmonização da legislação interna dos países (Vidigal *et al.*, 2006). Em 2023, a MB formalizou acordos com o *International Group of Protection and Indemnity Clubs International* (IGP&I) e o *Tanker Pollution Federation* (ITOPF), a fim contribuir para execução de respostas rápidas e eficientes para incidentes de graves de derramamento de petróleo. O IGP&I e o ITOPF são renomadas instituições internacionais, conhecidas por atuação em incidentes ambientais marítimos (Navarro, 2023).

3.2.2 Vertente Científica

A Vertente Científica aborda as possibilidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como os impactos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha, além da importância de preservar o conhecimento sobre o ambiente marítimo, o qual também pode ser utilizado por forças navais na defesa dos interesses dos Estados envolvidos (Brasil, 2020a). Assim, os seguintes eixos e orientações do PAM serão abordados nesta vertente:

- Eixo I. Mapeamento e Exploração do Fundo Marinho e Pesquisa Oceanográfica;
- Eixo II. Cooperação na Área Ambiental: com relação aos itens 2, 5 e 14, que recomendam fortalecer a pesquisa científica marinha, melhorar a capacidade de monitoramento e vigilância, e desenvolver soluções para mitigar os impactos das mudanças climáticas e a emissão de gases com efeito de estufa.
- Eixo VIII. Capacitação e Cooperação entre Universidades. Este eixo será analisado em conjunto com a Vertente Econômica.
- Eixo IX. Tecnologias de Informação e Comunicação. Este eixo será analisado em conjunto com a Vertente Econômica.

Nesta vertente, no contexto nacional, a CIRM executa um plano essencial para o avanço científico no Brasil, o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), que promove a pesquisa e monitoramento dos recursos marinhos. Suas ações aprofundam o conhecimento sobre a Amazônia Azul e fundamentam políticas para a gestão sustentável e inovação na Economia Azul. Dentre as ações e programas desenvolvidos pelo PSRM, destacam-se o desenvolvimento de diversos

programas, dentre os quais: o Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR), que avalia e monitora a conservação da biodiversidade dos ecossistemas; a Ação de Aquicultura e Pesca (AQUIPESCA), que busca o desenvolvimento sustentável da pesca; a Biotecnologia Marinha (BIOTECMARINHA), que fomenta a inovação da biotecnologia marinha; o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Mar (PPG-Mar), que estimula a formação de profissionais em Ciências do Mar; o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC) e a PROAREA (Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial), que identificam áreas com potencialidade mineral, na PC brasileira e nos fundos marinhos internacionais; o Programa de Pesquisas Científicas em Ilhas Oceânicas (PROILHAS), que coordena as pesquisas científicas e a presença soberana brasileira nos Arquipélagos de São Pedro e São Paulo, Trindade e Martin Vaz; e o Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS-Brasil), que monitora os oceanos para prevenir os efeitos do clima como tempestades e furacões (Brasil, 2024b).

3.2.3 Vertente Econômica

O Brasil depende fortemente do transporte marítimo, que é responsável pelo escoamento de mais de 95% do comércio exterior do país. Esta dependência destaca a importância de garantir o controle das LCM e a necessidade de fortalecimento da marinha mercante nacional, a fim de se reduzir os altos gastos com frete em navios estrangeiros e gerar empregos. Além disso, a produção de petróleo nas Bacias de Campos e Santos, especialmente no pré-sal, é vital para a economia brasileira, cuja proteção e vigilância cabe à MB. A pesca e o turismo marítimo são outras áreas a serem protegidas, tendo em vista a extensão do litoral brasileiro e seu potencial para atrair visitantes de todo o mundo (Brasil, 2024c). Tais aspectos econômicos são ilustrados no Anexo C. Os eixos e orientações do PAM, a seguir, serão abordados nesta vertente:

- Eixo III. Oceanos e Recursos Marinhos, itens 2, 3, 4, 6 e 7, que orientam intensificar a cooperação para uma gestão sustentável dos oceanos, melhorando as capacidades institucionais para combater a pesca ilegal, promover a transparência nas organizações pesqueiras e disciplinar os subsídios pesqueiros.

- Eixo IV. Cooperação em transporte aéreo e marítimo e segurança portuária.
- Eixo VIII. Capacitação e Cooperação entre Universidades. Este eixo será analisado em conjunto com a Vertente Científica.
- Eixo IX. Tecnologias de Informação e Comunicação. Este eixo será analisado em conjunto com a Vertente Científica.

A CIRM desenvolve o Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC), que subsidia o estabelecimento do limite exterior da PC, além das 200 MN da ZEE, permitindo ao Brasil exercer sua soberania sobre a exploração de recursos naturais do leito e subsolo marinhos. Este estudo, em fase final de aprovação pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), visa acrescentar 2,1 milhões de km² ao espaço marítimo brasileiro, que, somados aos 3,6 milhões de km² da ZEE, resultam em uma área total de 5,7 milhões de km², expandindo significativamente a Amazônia Azul (Brasil, 2024b). A ratificação do LEPLAC pela ONU significará ainda, o reconhecimento internacional da importância da Amazônia Azul.

O LEPLAC exemplifica claramente a interação entre as vertentes Científica e Econômica, destacando-se pelo aprofundamento do conhecimento científico sobre a PC e assegurando ao Brasil sua soberania sobre os recursos naturais do leito e subsolo marinho, contribuindo com a economia nacional.

Em 2023, o Brasil alcançou o resultado recorde das exportações com US\$ 339,67 bilhões. A importância do mar para a economia do Brasil é destacada pelo volume da corrente comercial, que acrescenta ao valor supracitado as importações do mesmo período, dos quais, US\$ 551,48 trafegaram pelo modal marítimo, levando-se em conta que 95% do comércio exterior é escoado pelas LCM (Brasil, 2024b). Este vultoso montante financeiro ratifica a importância das LCM para o desenvolvimento do Brasil, alavancando a competitividade de comércio exterior e geração de empregos, por meio de investimentos em infraestrutura portuária e de transportes marítimos.

3.2.4 Vertente Soberania

O Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040) estabelece responsabilidade da MB no tocante à soberania no AS, uma vez que “representa a autoridade do Estado e tutela o uso da força no mar”, assim como, o envolvimento

com a segurança nacional, no enfrentamento a ameaças atuais (BRASIL, 2020a, p. 19). Já a PND destaca “o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região” (BRASIL, 2020b, p. 17).

Após a constituição da ZOPACAS, o Brasil fortaleceu sua cooperação com países limítrofes da África e suas ações no Atlântico Sul (Lima, 2017). Ressalta-se a importância da ZOPACAS na consolidação da liderança regional do Brasil, ampliando sua influência no entorno estratégico e reduzindo a riscos de interferências militares extrarregionais (Souza e Monteiro, 2022).

Nesse sentido, os seguintes eixos e orientações do PAM serão trabalhados na vertente Soberania:

- Eixo III. Oceanos e Recursos Marinhos, itens 5 e 11, que recomendam promover o desenvolvimento sustentável dos recursos pesqueiros e garantir a proteção dos ecossistemas marinhos através da criação de áreas marinhas protegidas e da cooperação para uma gestão integrada e sustentável do ambiente marinho.
- Eixo V. Cooperação em segurança e proteção marítima.
- Eixo VI. Cooperação na área de Defesa.
- Eixo VII. Segurança pública e combate ao crime organizado transnacional.

A proteção do patrimônio brasileiro disposto nos 5,7 milhões de km² da Amazônia Azul é uma tarefa complexa, para a qual a MB emprega navios em atividades de Inspeção Naval, Patrulha Naval e Ações de Presença. Recentemente, a vigilância desta área marítima ganhou o reforço do SisGAAz, plataforma digital que integra informações de radares localizados em terra e embarcações, e de sistemas colaborativos de outros órgãos, como o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT), o Sistema de Informação Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), todos baseados em rastreamento de posição por via satélite (Lampert e Costa, 2023).

Outra iniciativa utilizada pela MB que contribui com os objetivos desta vertente, a fim de conciliar interesses e coordenar esforços, são as Operações Interagências. Tais operações são organizadas com o propósito de atingir objetivos político-estratégicos nacionais, em resposta a problemas complexos, nacionais e internacionais. Os resultados alcançados nessas operações, no combate à ilícitos,

evidenciam as capacidades dos envolvidos e mitigam possíveis limitações. Os principais parceiros da MB em Operações Interagências são a Polícia Federal (PF), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) (Lampert e Costa, 2023). É interessante verificar, a partir dessa estrutura, as diversas interveniências a que os segmentos marítimos e portuários estão sujeitos, que pelas ações das instituições supracitadas, contribuirão para a proteção de navios ou de instalações portuárias, em caso de ameaça (Vidigal *et al.*, 2016).

Relevantes resultados de operações interagências corroboram o sucesso de parcerias realizadas em recentes operações, citadas abaixo:

- com Ibama, em repressão: à pesca ilegal, 1 t de lagosta apreendida a 270 MN do Amapá, (Rodrigues, 2023); e à crimes ambientais, 1.387,97 m³ de madeira ilegal apreendida na costa do Pará (Rodrigues, 2024);
- com a PF e a RFB, em operações contra o tráfico de drogas: 3,62 t de cocaína apreendidas em uma embarcação no litoral de Pernambuco⁶ (Miranda, 2023); 2 t de haxixe a 196 MN de Salvador-BA (Almeida, 2023); 212 kg de cocaína no porto de Santos (Marinha, 2024).

3.2.5 Vertente Institucional

Esta vertente, proposta por este trabalho, a fim de complementar as vertentes da Amazônia Azul, no agrupamento das orientações do PAM com o caráter de institucionalização da ZOPACAS, tratará do seguinte eixo:

- Eixo X. Outras áreas de cooperação: que visam promover a cooperação para comércio e investimento, criar um *site* para compartilhar informações, realizar o II Simpósio Marítimo, fomentar a cooperação Sul-Sul em temas de logística e desastres, e refletir sobre novos mecanismos para fortalecer a ZOPACAS.

Nesse sentido, a MB tem atuado de forma determinante para a revitalização e fortalecimento da ZOPACAS, com ações concretas, ressaltando a importância da ZOPACAS para o fortalecimento da soberania dos seus Estados-membros e unidade regional. No período em que a ZOPACAS viveu seu último "silêncio atlântico", de

⁶ A maior apreensão de cocaína realizada na Amazônia Azul (Miranda, 2023).

2013 a 2023, a MB manteve a pauta da segurança marítima ativa em debates entre os Estados-membros da Zona.

Em 2013, a MB realizou o "1º Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento – ZOPACAS", em Salvador, contando com representantes de 23 Estados-Membros; e em 2016, o "Seminário sobre Segurança Marítima no Atlântico Sul", no Rio de Janeiro. Em 2019, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), realizou em Brasília, o *workshop* "ZOPACAS e a Segurança no Atlântico Sul" (EMA, 2023).

Apesar das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, a MB realizou, em 2020, o *webnar* "A contribuição da ZOPACAS para o Desenvolvimento Econômico e a Segurança Marítima no Atlântico Sul", e em 2021, o 1º Simpósio Marítimo da ZOPACAS, com o tema "A importância da ZOPACAS no Incremento da Cooperação Regional e no Desenvolvimento Socioeconômico do AS" (EMA, 2023).

A atuação da MB em 2023 foi marcante na retomada das atividades da ZOPACAS, destacando a participação do Chefe do Estado-Maior da Armada representando o Ministro da Defesa na Reunião de Mindelo (Navarro, 2023). Em 25 de outubro, cumprindo uma das orientações do PAM, a MB realizou na EGN, o 2º Simpósio Marítimo da ZOPACAS, com o tema "Fortalecendo a Cooperação Marítima e a Segurança no Atlântico Sul". O Simpósio contou com a participação de representantes de dez Estados-membros da Zona (Brasil, 2023a).

A IX Reunião Ministerial da ZOPACAS será sediada em Brasília, em 2026. Será uma excelente oportunidade para o Brasil consolidar sua liderança regional no AS, por meio de ações para o fortalecimento e institucionalização da ZOPACAS. A influência diplomática será muito importante para trazer ao debate, países ausentes da reunião de Mindelo⁷ (Marcondes, 2023). Tendo em vista a relevância da África do Sul para o AS, faz-se necessário um maior esforço diplomático, a fim de envolvê-lo com maior afinco nas atividades da ZOPACAS, a fim de reforçar a unidade regional sul-atlântica.

Percebe-se que as orientações da vertente institucional, assim como as demais, poderiam ter suas resoluções facilitadas pela implementação de um grupo de trabalho fixo, com representantes de todos os Estados-membros da ZOPACAS, a

⁷ África do Sul, Benim, Camarões, Gâmbia, Guiné, República do Congo e República Democrática do Congo (Marcondes, 2023).

exemplo dos grupos de trabalho existentes na CPLP. Dessa forma, boas práticas de ações internas de cada país ou em parcerias multilaterais poderiam ser replicadas em nível regional do AS. Nesse sentido, o cumprimento das recomendações do PAM, de criações do grupo de pontos focais e do *site* da ZOPACAS serão os passos iniciais para a institucionalização efetiva da Zona. Ressalta-se, assim, que as ações desenvolvidas pelo Brasil poderão ser estendidas para o PAM.

4 A COOPERAÇÃO DA MB COM ESTADOS-MEMBROS DA ZOPACAS

Diante das premissas de cooperação, institucionalização e engajamento, indicadas pelo Ministro das Relações Exteriores, durante a Reunião Ministerial de Mindelo, neste capítulo será realizada uma análise das ações desenvolvidas pela MB, a fim de contribuir com o fortalecimento dos objetivos da ZOPACAS, referentes ao aspecto de cooperação. A institucionalização foi tratada na seção anterior, e o engajamento será uma consequência esperada após o desenvolvimento dos demais aspectos.

Conhecer e refletir sobre problemas comuns parece ser um bom ponto de partida para motivar a cooperação, pois somente conhecendo os problemas comuns, as visões e as abordagens de cada país da região será possível se pensar em soluções cooperativas e colaborativas. Quaisquer benefícios gerados devem ser compartilhados de modo a incentivar o desenvolvimento socioeconômico de cada um na região (Brasil, 2023a).

Dentre os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) estabelecidos pela PND, atinentes às relações internacionais, ressaltam-se: contribuir para a estabilidade regional e a segurança internacional, e incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e inserção em processos decisórios internacionais (Brasil, 2020b). A aplicação do Poder Naval em benefício dos OND é definido como Diplomacia Naval. Dada a interdependência entre defesa e diplomacia, a MB colabora de forma estreita com o MRE (Brasil, 2017b).

A ZOPACAS tem sido utilizada como meio efetivo para validar ações de cooperação entre os seus Estados-membros, visando o desenvolvimento de capacidades para a segurança marítima e estabilidade regional. As ações de cooperação desenvolvidas pela MB contam com iniciativas importantes para tais capacidades, assim como para projetar a influência brasileira, por meio da

diplomacia naval. Tais iniciativas envolvem treinamento e qualificação, realização de exercícios militares e transferência de conhecimento, principalmente para países menos desenvolvidos da costa ocidental da África, como é o caso da Namíbia, Angola e São Tomé e Príncipe, países que a MB atua diretamente na formação de suas respectivas forças navais.

Um eficiente instrumento diplomático cooperativo utilizado pela MB para fortalecimento das relações bilaterais com Estados-membros da ZOPACAS são as reuniões realizadas entre Estados-Maiores de Marinhas (ReuEM) de países do AS⁸. Nessas reuniões são tratadas ações em diversas áreas de interesse, como: “construção e reparos navais, ciência e tecnologia, e qualificação de pessoal em intercâmbios, estágios e cursos” (Brasil, 2017b).

4.1 COOPERAÇÃO COM ESTADOS DA ÁFRICA

Durante um período marcado pelo afro-otimismo, houve um significativo aumento das iniciativas de cooperação de potências tradicionais como França, Reino Unido e EUA, assim como de potências emergentes como China e Brasil, nas relações com nações africanas. Isso resultou em um reforço na capacidade de negociação dos países africanos, ampliando suas opções de parcerias (Costa, 2023).

No âmbito da cooperação internacional em defesa, tradicionalmente, o Brasil promove diversas iniciativas com países do continente africano (Rizzi e Bueno, 2021). Em 1994, mesmo antes da criação do MD, foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Namíbia (ACBN), em vigor até hoje (Costa, 2023). As relações do Brasil com a África foram intensificadas durante os governos do Presidente Lula, entre 2003 e 2010. As relações Sul-Sul desenvolvidas pelo Brasil neste período funcionaram como plataforma para promover a imagem do país no cenário internacional, visando alcançar seus interesses nacionais (Rizzi e Bueno, 2021). O governo brasileiro fez acordos de cooperação em defesa com África do Sul (2003); Guiné-Bissau (2006); Namíbia (2009); Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal e Angola (2010); e Cabo Verde (2016) (Costa, 2023).

8 A MB realiza ReuEM, regularmente, com os seguintes Estados-membros da ZOPACAS: Angola, Camarões, Namíbia, Argentina e Uruguai. Com a África do Sul, a última edição ocorreu em 2014 (Brasil, 2023b).

A MB assumiu um papel proeminente na África Austral, instalando na Namíbia, uma Missão de Assessoria Naval (MAN) e um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), em 2006 e 2009, respectivamente (Brasil, 2017a). Desde então, o Brasil tornou-se o principal fornecedor e parceiro para a criação e treinamento da Marinha da Namíbia. A doação da Corveta “Purus”, realizada em 2004 pela MB, que se tornou o primeiro navio de guerra da Marinha Namibiana, ilustra muito bem o nível desta parceria. Além disso, o fornecimento de um Navio-Patrolha e dois Avisos de Patrulha representou importante fomento para a indústria naval brasileira (Carlôto e Cerqueira, 2024).

A *expertise* do LEPLAC possibilitou à Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa pública vinculada ao Comando da MB, o delineamento e supervisão da execução do mesmo programa na Namíbia e em Angola. Os respectivos Relatórios de Submissão destes projetos foram encaminhados para ratificação da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (Brasil, 2017b). Outra importante contribuição da MB, que precedeu o LEPLAC na Namíbia, foi o levantamento hidrográfico da costa namibiana em 1997, pelo Navio Hidrográfico “Sirius”, que resultou na confecção da carta náutica do porto de *Walvis Bay* (Carlôto e Cerqueira, 2024).

O sucesso da criação da Marinha da Namíbia motivou Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a implementarem o mesmo projeto, sob coordenação da MB. Em consequência disso, duas Missão de Assessoria Naval (MAN) foram instaladas naqueles países em 2014, a fim de apoiar as criações das respectivas Guardas Costeiras. Desta forma, a MB consolidou de forma contundente, a influência naval brasileira na costa oeste da África, conforme pode ser visualizado no Anexo A (Brasil, 2017b).

Em setembro de 2023, a MB entregou mais de cinco mil uniformes à Guarda Costeira de Cabo Verde, a bordo da Fragata “Liberal”, durante a Operação “Guinex III”. Esta ação emblemática, tendo em vista que aquela força naval passou a utilizar os mesmos uniformes que a MB (Cabo Verde, 2023).

Em 2018, a MB firmou um acordo de cooperação com a Marinha de Camarões, com o objetivo de compartilhar informações sobre tráfego marítimo. Como parte desse acordo, a Força Naval Brasileira mantém um representante permanente no Centro Inter-regional de Coordenação (CIC) daquele país (Cerqueira, 2023). O CIC tem a missão de aprimorar as atividades voltadas à

cooperação, coordenação e interoperabilidade de sistemas de consciência situacional marítima no espaço marítimo comum da África Central e Ocidental (Brasil, 2023b).

4.2 COOPERAÇÃO COM ESTADOS DA AMÉRICA DO SUL

Com relação aos parceiros sul-americanos da ZOPACAS, as relações entre as respectivas Marinhas, sempre se pautaram pelo espírito de cooperação e intercâmbio de informações. A sinergia cooperativa entre Marinhas de Argentina, Brasil e Uruguai é muito bem representada pelo trabalho em conjunto realizado na Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS). O CAMAS foi criado em 1967, a fim de monitorar e proteger o tráfego marítimo no AS. A instituição mantém-se atualizada, empregando um sistema integrado de controle operativo para monitoramento, intercâmbio de informações e defesa, frente às mudanças geopolíticas, a fim de confrontar as novas ameaças nos mares. A África do Sul também integra o CAMAS, como observador (Coamas, 2024).

4.3 COOPERAÇÃO EM OPERAÇÕES COMBINADAS

A Marinha do Brasil participa ativamente de exercícios navais realizados no AS, com foco na prevenção da pirataria e outras ameaças transnacionais como pesca ilegal e tráfico de armas. Essas operações visam fortalecer as capacidades operacionais e promover a cooperação entre as marinhas de diferentes países da região. A presença naval dissuasiva e a coordenação estratégica são essenciais para a segurança marítima eficaz e a proteção contra atividades ilícitas na área do AS.

No GG, a MB coordena, desde 2021, a operação naval "Guinex". A iniciativa foi concebida a fim de enfrentar os desafios presentes naquele importante espaço marítimo, inserido no entorno EEB. Em 2024, em sua quarta edição, foram realizadas atividades e exercícios no mar, com militares das Marinhas e das Guardas Costeiras de Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal (Stilben, 2024).

A interoperabilidade da "Guinex" permite a troca de conhecimento, absorção de novas técnicas operativas e o aprimoramento das manobras de cunho naval.

Além das ações conjuntas para proteção do Golfo da Guiné, o exercício reforçou a chamada diplomacia naval, estreitando os laços do Brasil com os demais países participantes. A condução da operação “Guinex” representa o compromisso da MB com a estabilidade do AS, ultrapassando seus limites de responsabilidade para além da Amazônia Azul, e reafirma o apoio a PEB (Stilben, 2024).

A presença de navios da MB no GG também é marcada nas operações navais “*Obangame Express*” e “*Africa Grand Nemo*”. A MB ainda participa das seguintes operações navais: “Ibsamar” (exercício multinacional entre as Marinhas da África do Sul, Brasil e Índia), “Atlasul” (operações combinadas com as Marinhas da África do Sul, Argentina e Uruguai), “Fraterno” (operações combinadas entre as Marinhas do Brasil e da Argentina) e “*Unitas*” (exercício multinacional organizado pelos EUA) (Brasil, 2023b).

Referente à missões de paz no AS, a MB participou da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, entre 1995 e 1997, com o emprego de uma Companhia de Infantaria de Fuzileiros Navais e membros do Corpo de Saúde da Marinha (CFN, 2024). Atualmente, a única missão da ONU em um país da ZOPACAS é a Missão das Nações Unidas para estabilização da República Federativa do Congo (MONUSCO), a qual é comandada por um General brasileiro, desde 2013, a serviço da ONU. (Brasil, 2021). O mapa ilustrado no Anexo A aponta a presença da Forças Armadas Brasileiras na ZOPACAS.

4.4 INTEGRAÇÃO DE ESFORÇOS REGIONAIS

A fim de fortalecer a segurança marítima no AS e consolidar a identidade regional da ZOPACAS, este trabalho vislumbrou a possibilidade de integração do CAMAS, SisGAAz e Arquitetura de Yaoundé. Esta integração poderia ser alcançada por meio de um sistema unificado que combine as capacidades de monitoramento, controle e resposta rápida das três iniciativas.

O CAMAS, com sua *expertise* em coordenação naval e proteção do tráfego marítimo, pode fornecer uma base sólida para as operações conjuntas. Sua integração com o SisGAAz, que já desempenha um importante papel na vigilância e defesa da Amazônia Azul, permitiria uma extensão dessas capacidades para toda a área do AS, garantindo uma cobertura abrangente e eficiente. A Arquitetura de

Yaoundé, por sua vez, oferece uma estrutura robusta para a cooperação entre países da África Central e Ocidental em questões de segurança marítima.

Com esta unificação, seria possível criar um sistema integrado que fortalecesse a capacidade de resposta a ameaças, como pirataria, pesca ilegal e tráfico ilícito. Além disso, promoveria uma maior interoperabilidade entre as forças navais e as guardas costeiras dos Estados-membros da ZOPACAS, reforçaria a identidade regional sul-atlântica e contribuiria com a estabilidade e segurança na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância estratégica e riqueza de recursos naturais do AS demandam uma cooperação regional consistente para enfrentar desafios como pirataria, pesca ilegal e a presença de potências extrarregionais, especialmente no GG. A ZOPACAS, criada com o intuito de preservar a segurança regional e evitar a proliferação de armas nucleares, é uma iniciativa que reforça a liderança do Brasil na área do AS e a sua especial atenção com a segurança marítima.

Além disso, a ZOPACAS desempenha um papel fundamental na construção de uma identidade sul-atlântica, promovendo a confiança mútua e soluções cooperativas para problemas comuns. Nesse sentido, foi verificado que a segurança regional vai além de aspectos estritamente militares, abrangendo aspectos políticos, econômicos e ambientais, fundamentais para a estabilidade do AS.

A análise do PAM mostrou que este plano alinha-se às vertentes da Amazônia Azul, abordando aspectos ambientais, científicos, econômicos e de soberania, que demonstram a liderança do Brasil na ZOPACAS. Este trabalho inseriu, ainda, uma quinta vertente, a institucional, a fim de recepcionar as orientações que visam a institucionalização da ZOPACAS. Assim, no contexto do PAM, a MB tem promovido iniciativas, como a cooperação naval, treinamentos e exercícios militares conjuntos, além de apoio técnico a países africanos. Essas ações não só reforçam a infraestrutura de defesa e segurança dos países envolvidos, mas também projetam a influência brasileira e promovem a diplomacia naval do Brasil na região.

As iniciativas de cooperação regionais realizadas pela MB, como os programas de treinamento e os exercícios multinacionais, têm aprimorado significativamente as capacidades navais de países como Namíbia, Angola e São Tomé e Príncipe. Além disso, a participação da MB em operações navais regionais,

principalmente coordenando a “Guinex”, são estratégias que incrementam a segurança marítima e fortalecem a identidade regional, destacando a influência da diplomacia naval brasileira.

Este trabalho vislumbrou, ainda, a possibilidade de integração de sistemas regionais como o CAMAS, o SisGAAz e a Arquitetura de Yaoundé, aprimorando o monitoramento, o controle do tráfego marítimo em todo o AS e promovendo uma maior interoperabilidade entre as forças navais.

Por outro lado, observa-se que a ZOPACAS enfrenta desafios que limitam seu potencial como fórum de cooperação no AS. A inconsistência das atividades, a falta de uma estrutura fixa ou grupo de trabalho permanente, somada à ausência de participação constante de alguns Estados-membros, como a África do Sul, em reuniões ministeriais, enfraquecem a coesão regional. A CPLP possui uma estrutura institucional consolidada, a qual poderia ser tomada como modelo para a ZOPACAS.

A fim de evitar o desvanecimento da ZOPACAS, a MB tem desempenhado um papel de protagonismo, mantendo o tema da segurança marítima ativo durante o último "silêncio atlântico" entre 2013 e 2023, por meio da organização de seminários e *workshops*.

A próxima Reunião Ministerial em Brasília, em 2026, representa uma oportunidade imprescindível para consolidar a estrutura institucional, com foco na criação de um grupo de trabalho permanente, com representante de todos os Estados-membros. O esforço diplomático para o engajamento de todos os Estados-membros na Reunião de Brasília será vital para fortalecer a identidade sul-atlântica, consolidar a institucionalização da ZOPACAS e promover maior integração entre os Estados-membros, avançando a cooperação no AS.

Face o exposto, a MB se apresenta preparada para apoiar a PEB no fortalecimento da ZOPACAS. Observa-se que as atividades desenvolvidas pela MB alinham-se às orientações do PAM, com ênfase em: Cooperação em segurança e proteção marítima, cooperação na área de defesa, capacitação, organização de seminários, capacitação de militares dos Países-Membros, intercâmbio de conhecimentos e informações e participação da Marinhas em exercícios combinados. A atuação da MB contribui não apenas para a proteção do AS, mas também para a consolidação da influência do Brasil como potência regional.

Ao Brasil, finalmente, cabe o papel de exercer a liderança no AS, à altura da sua importância no concerto das Nações.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana; NETO, Danilo. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014. Disponível: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=21592. Acesso em: 17 abr. 2024.
- AFFONSO, Luiza Bizzo; VALENÇA, Marcelo Mello. A Cooperação Internacional e a Segurança no Golfo da Guiné: Rumo a uma governança oceânica? **Revista Marítima Brasileira**, V. 143, n. 04/06. Rio de Janeiro, 2023.
- ALMEIDA, Luciana. Dia Nacional da Amazônia Azul. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/dia-nacional-da-amazonia-azul>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- ALMEIDA, Luciana. Mais de duas toneladas de haxixe são apreendidas na costa de Salvador. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/acao-da-marinha-e-da-pf-apreende-3-6-toneladas-de-cocaina-na-costa-de-pernambuco>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- AMORIM, Wellington Dantas; CHIOZZO, Vitor. Comunidade de Segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança? **Revista Escola de Guerra Naval**, v.23 n.1, p. 99 - 130, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4498>. Acesso em: 17 abr. 2024.
- BARBOSA, João Batista. O Uso da Força Contra a Pirataria e a Aplicação do Direito Internacional Humanitário no Marco da Cooperação Internacional. **Revista Marítima Brasileira**, v. 143 n. 10/12. Rio de Janeiro, 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião Ministerial da Zopacas**, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.
- BRASIL. Corpo de Fuzileiros Navais. **Amazônia Azul**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, [2017a]. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/cgcfm/amazonia_azul#:~:text=As%20potencialidades%20desse%20espaço%2C%20aliadas,%2C%20Ambiental%2C%20Científica%20e%20Sobrerania. Acesso em: 19 jul. 2024.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **A posição da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval - EMA-322: 2ª Rev.** Brasília, 2017b.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha 2040 - PEM 2040**: Brasília, 2020a. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa - PND**: Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Boletim Geocorrente edição especial: ZOPACAS**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Boletim%20Especial%20ZOPACAS%202021.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BRASIL. Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha. **Relatório Técnico Simpósio “ZOPACAS - Fortalecendo a Cooperação Marítima e a Segurança no Atlântico Sul”**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2023a.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Ofício nº 60-287/EMA-MB**. Brasília: Marinha do Brasil, 26 ago. 2023. Assunto: Cooperação com países integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). 2023b.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Escola de Guerra Naval sediou exercício interagências sobre derramamento de óleo no mar**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2023c. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/node/680#Jogo_. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **ZOPACAS: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Brasília, 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em: 08 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota à Imprensa nº 146**. Brasília, 2023e. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-ministro-mauro-vieira-na-viii-reuniao-ministerial-da-zopacas-2013-18-de-abril. Acesso em: 08 fev. 2024.

BRASIL. Corpo de Fuzileiros Navais. **Hot site CFN**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2024a. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/hotsites/cfn/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **CIRM**. Brasília: Marinha do Brasil, 2024b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Hot site Amazônia Azul**. Brasília, 2024c. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 08 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comércio exterior brasileiro bate recordes e fecha 2023 com saldo de US\$ 98,8 bi**. Brasília, 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/comercio-exterior-brasileiro-bate-recordes-e-fecha-2023-com-saldo-de-us-98-8-bi>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL, Reunião de Estados-Maiores da Marinha do Brasil e da Marinha do Chile. **Apresentação do Comandante de Operações Marítima e Proteção da Amazônia Azul ao Subchefe do Estado-Maior da Armada do Chile**. 31 jul. 2024. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2024e.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. de. **Security: A New Framework for Analysis**. Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

BUZAN, B.; WÆVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CABO VERDE, Contra-Almirante António Duarte Monteiro distinguido com a Ordem do Mérito Naval e Marinha do Brasil faz doação de uniformes e equipamentos de comunicação para Guarda Costeira. **Forças Armadas de Cabo Verde**: Cabo Verde, 2023. Disponível em: <https://fa.gov.cv/2023/09/25/contra-almirante-antonio-duarte-monteiro-distinguido-com-a-ordem-do-merito-naval-e-marinha-do-brasil-faz-doacao-de-uniformes-e-equipamentos-de-comunicacao-para-guarda-costeira/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CARLÔTO, Yan; CERQUEIRA, Thaís. Irmãs de armas: 30 anos do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/irmas-de-armas-30-anos-do-acordo-de-cooperacao-naval-brasil-namibia>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CARVALHO, Luciano. Marinha fortalece Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/marinha-fortalece-sistema-de-gerenciamento-da-amazonia-azul>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Marinha. **Folha de São Paulo Opinião**. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2502200409.htm>. Acesso em: 09 set. 2024.

CARVALHO, Carolina Ambinder de. **Ameaças e Oportunidades à Segurança e aos Interesses Brasileiros no Atlântico Sul como parte de seu “Entorno Estratégico”**. Apresentação. [2022]. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/ensino-e-pesquisa/copy_of_defesa-e-academia/curso-de-extensao-em-defesa-nacional/arquivos/xxv-1/5-ameacas_e_oportunidades_a_seguranca_e_aos_interesses_brasileiros_no_atlantic_o_sul_como_parte_de_-seu_entorno_estrategico.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

CERQUEIRA, Thaís. Conexão Brasil-África: saiba como a Marinha contribui para o desenvolvimento do Atlântico Sul. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/conexao-brasil-africa-saiba-como-marinha-contribui-para-o-desenvolvimento-d>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CHIOZZO, Vitor. **A Importância Geoestratégica de Utilização Militar das Ilhas Oceânicas Brasileiras**. Dissertação (Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/MB_105773ec75be5522ae37c381bd18a7d6. Acesso em: 05 jul. 2024.

CNN. Saiba o que é o G7 e qual a importância da cúpula de líderes. **CNN Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/saiba-o-que-e-o-g7-e-qual-a-importancia-da-cupula-de-lideres/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

COAMAS, Historia y Evolución. **Coordinador del Area Maritima del Atlantico Sur**, 2024. Disponível em: <https://www.coamas.org/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

CORRÊA, F. Atlântico Sul: e se não for um projeto político só da ZOPACAS? **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 28, n. 56, p. 110-131, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9566/Defesa-em-Debate>. Acesso em: 18 jul. 2024.

COSTA, Murilo Gomes. **Desafios da Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul no Contexto da Década Oceânica (2021-2030)**. Atlantic Center Publications. República Portuguesa, 2023. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/pub/acpubs>. Acesso em: 08 fev. 2024.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia - CONFINS**, nº 22, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9839?lang=pt#text>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COUTINHO, Isadora Caminha. **O Papel da Zopacas para o Fortalecimento do Entorno Estratégico Brasileiro: da Criação à Revitalização (1986-2014)**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116341/000963712.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 05 jul. 2024.

CPLP. **Exercício Felino**. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2024a. Disponível em: <https://defesa.cplp.org/atuacao/formacao-e-treino/exercicio-felino/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CPLP. **Histórico – Como surgiu?** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2024b. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2024.

EUA. A 4ª Frota dos EUA anuncia implantação do Southern Seas 2024. **Embaixada dos EUA no Brasil**, 2024. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/a-4a-frota-dos-eua-anuncia-implantacao-do-southern-seas-2024/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GONZALEZ, R. M. Brasil e a ZOPACAS: projeção de poder ou cooperação estratégica? **Revista Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 1, n. 19, 2014. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/980>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LAMPERT, João Alberto de Araujo; COSTA, Edwaldo. SisGAAz: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras. **Marinha do Brasil**: Brasília,

[2023]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>. Acesso em: 18 jul. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de; MILANI, Carlos R. S.; DUARTE, Rubens de S. *et al.* **Atlas da Política Brasileira de Defesa**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

LUSA. Golfoda Guinefoio palco em2020demaisde90% dos ataques de piratas emtodoomundo. **RTP Notícias**, 2021. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/golfo-da-guine-foi-o-palco-em-2020-de-mais-de-90-dos-ataques-de-piratas-em-todo-o-mundo_n1296396. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARINHA, Agência. Mergulhadores da Marinha e agentes da PF apreendem mais de 200 kg de cocaína. **Agência Marinha de Notícias**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/apoio-ao-estado/mergulhadores-da-marinha-e-agentes-da-pf-apreendem-mais-de-200-kg-de-cocaina>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MARQUES, Camila. A Amazônia Azul e suas riquezas ambientais. **Agência Marinha de Notícias**:Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/amazonia-azul-e-suas-riquezas-ambientais>. Acesso em: 05 jul. 2024.

MESQUITA, M.; DA SILVA, M. L.; BATISTA, K. .; COSTA, M. E. .; MARTINS, I. .; CAMELO, R. . A Região do Entorno Estratégico Brasileiro: A identidade sul-atlântica na ZOPACAS. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 11, n. 22, p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/67162>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MIRANDA, Rafael Dutra de. Ação da Marinha e da PF apreende 3,6 toneladas de cocaína na costa de Pernambuco. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/acao-da-marinha-e-da-pf-apreende-3-6-toneladas-de-cocaina-na-costa-de-pernambuco>. Acesso em: 05 jul. 2024.

NAVARRO, Tássia. Países integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul retomam trabalhos. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/paises-integrantes-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-retomam-trabalhos>. Acesso em: 05 jul. 2024.

NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. *In*: GHELLER, G. F.; GONZALES, S. L. de M.; MELLO, L. P. de. **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**, Brasília: Ipea, 2015. p. 233-262. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_amazonia_e_atlantico_sul_web.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

PAIVA, Antonio Costa. A Amazônia Azul e a Geopolítica Brasileira: Mentalidade marítima e o desenvolvimento nacional: **A Amazônia Azul e as políticas brasileiras orientadas para o Mar**. 2015. TCC Conclusão de Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Marinha) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015. p. 29-30. Disponível em:

<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000011/000011e7.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

PIMENTEL, C. R. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 113-143, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>. Acesso em: 28 ago. 2024.

REIS, Marcos; PIRES, Tamires. Análise das ameaças transnacionais contemporâneas no entorno Atlântico brasileiro: a terceirização da segurança e a revisão dos estudos de política de defesa. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 211-229, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4615/4465>. Acesso em: 01 jun. 2024.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **The Atlantic Centre**, 2024. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about>. Acesso em: 13 ago. 2024.

RIBEIRO, Cecília. Com inclusão da Amazônia Azul, novo Atlas Geográfico é lançado no Rio de Janeiro. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/com-inclusao-da-amazonia-azul-novo-atlas-geografico-e-lancado-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RIZZI, Kamilla Raquel; BUENO, Patrick. O papel da ZOPACAS nas políticas externa e de defesa do Brasil no século XXI (2005-hoje). **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 15, n. 54, p. 309-332, 2021. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/7066>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ROBLES, Guilherme. **A Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Oceânicas: Sistematização de Atos Internacionais dos Países do Atlântico Sul**. TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/cooperacao-ciencia-atlantico-sul/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

RODRIGUES, Augusto. Marinha apreende uma tonelada de lagostas durante Patrulha Naval no litoral do Amapá. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/marinha-apreende-uma-tonelada-de-lagostas-durante-patrolha-naval-no-litoral-d>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RODRIGUES, Augusto. Marinha e Ibama apreendem três balsas carregadas com madeira ilegal no Pará. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/meio-ambiente/marinha-e-ibama-apreendem-tres-balsas-carregadas-com-madeira-ilegal-no-para>. Acesso em: 05 jul. 2024.

RUCKS, Jessika Tessaro. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158. Disponível em:

<https://www.editora letra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/afro/a/F38byXMVRwCyMnfcDy3bZcc/?format=pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SILVEIRA, Cláudio de. **A importância da Zopacas e as concepções de defesa no Brasil, Argentina e Uruguai para o contexto do Atlântico Sul**. TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/int-silveira8cd.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza e MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. A Importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://ompv.eceme.eb.mil.br/geopolitica-e-defesa/geopolitica-e-capacidades-nacionais-de-defesa/423-aim>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SOUZA, Matheus; ELLERY, Amanda; DATTOLI, Fernanda; BARRETO, Leonel; OLIVEIRA, Mariana; NETO, Neuton Silva. **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e os Desafios para a Defesa Brasileira: uma Leitura Geopolítica**. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/a_zona_de_paz_e_cooperacao_do_atlantico_sul_zopacas_e_os_desafios_para_a_defesa_brasileira_uma_leitura_geopolitica.pdf. Brasília-DF, 2016. Acesso em: 17 abr. 2024.

STILBEN. Emoção a bordo: Marinheiro conhece filha após missão na África. **Agência Marinha de Notícias**: Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/especial/emocao-bordo-marinheiro-conhece-filha-apos-missao-na-africa>. Acesso em: 18 jul. 2024.

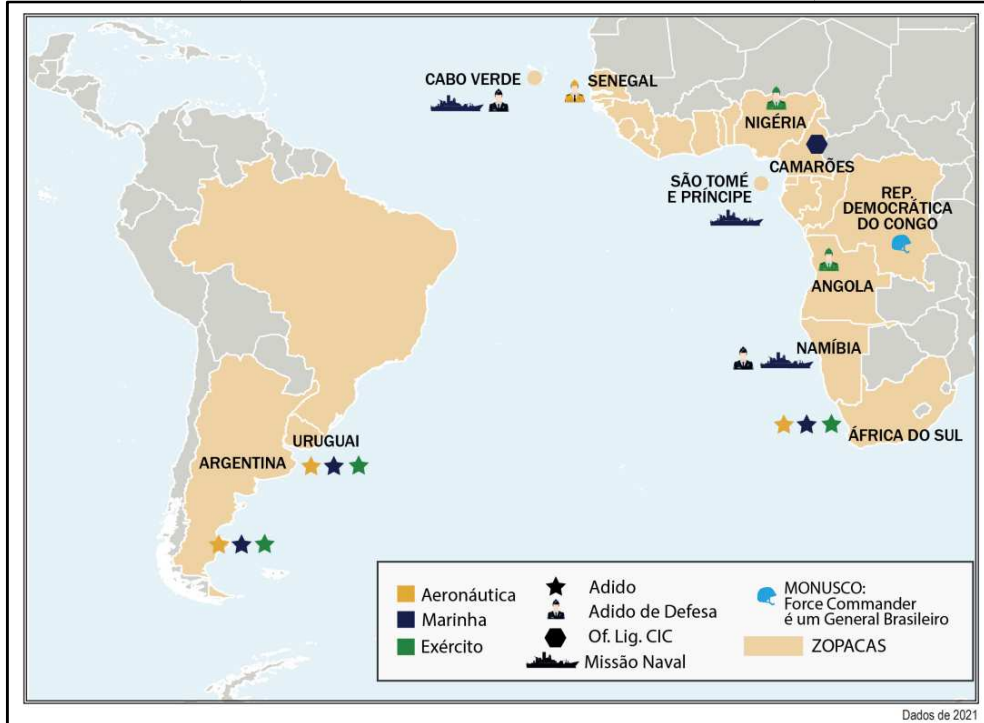
TELES, Bruno. À medida que a 4ª Frota da Marinha dos Estados Unidos se aproxima da América do Sul, liderada pelo porta-aviões USS George Washington, questões surgem sobre os impactos de sua presença nas águas brasileiras e sul-americanas. **Portal Petróleo e Gás**, 2024. Disponível em: <https://clickpetroleoegas.com.br/a-medida-que-a-4a-frota-da-marinha-dos-estados-unidos-se-aproxima-da-america-do-sul-liderada-pelo-porta-avioes-uss-george-washington-questoes-surgem-sobre-os-impactos-de-sua-presenca-nas-aguas-brasi/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VASCONCELOS, Gabriel. Entorno estratégico do Brasil está mais conturbado e preocupa, diz comandante da Marinha. **CNN Brasil**, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entorno-estrategico-do-brasil-esta-mais-conturbado-e-preocupa-diz-comandante-da-marinha/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira *et al.* **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

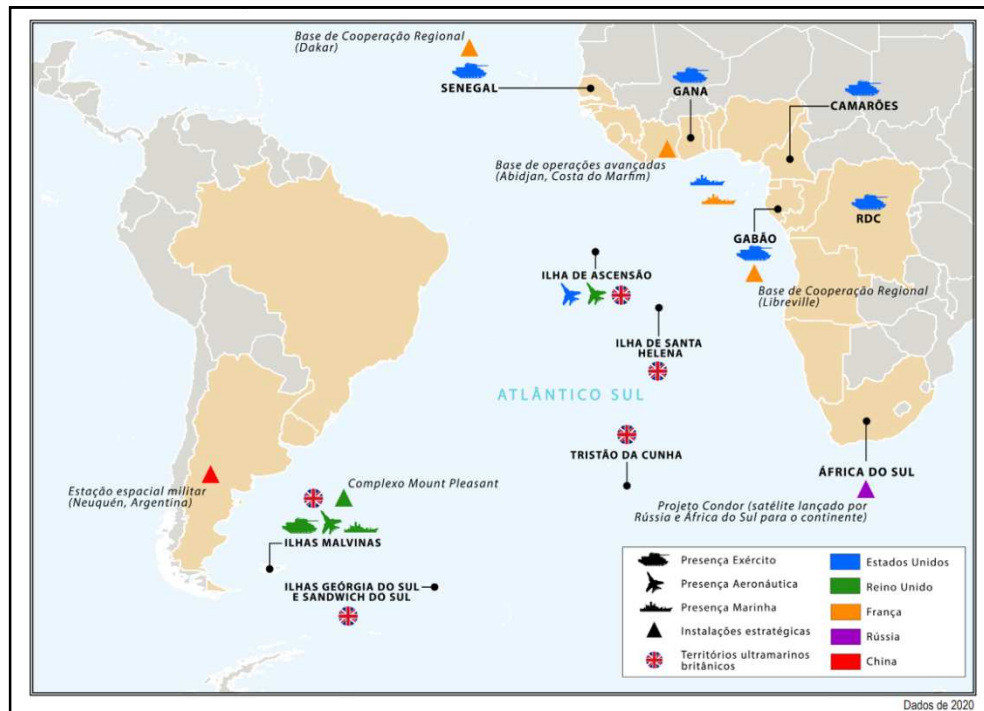
ANEXO A – Presenças militares na ZOPACAS

Anexo A-1 – Presença das FA brasileiras na ZOPACAS



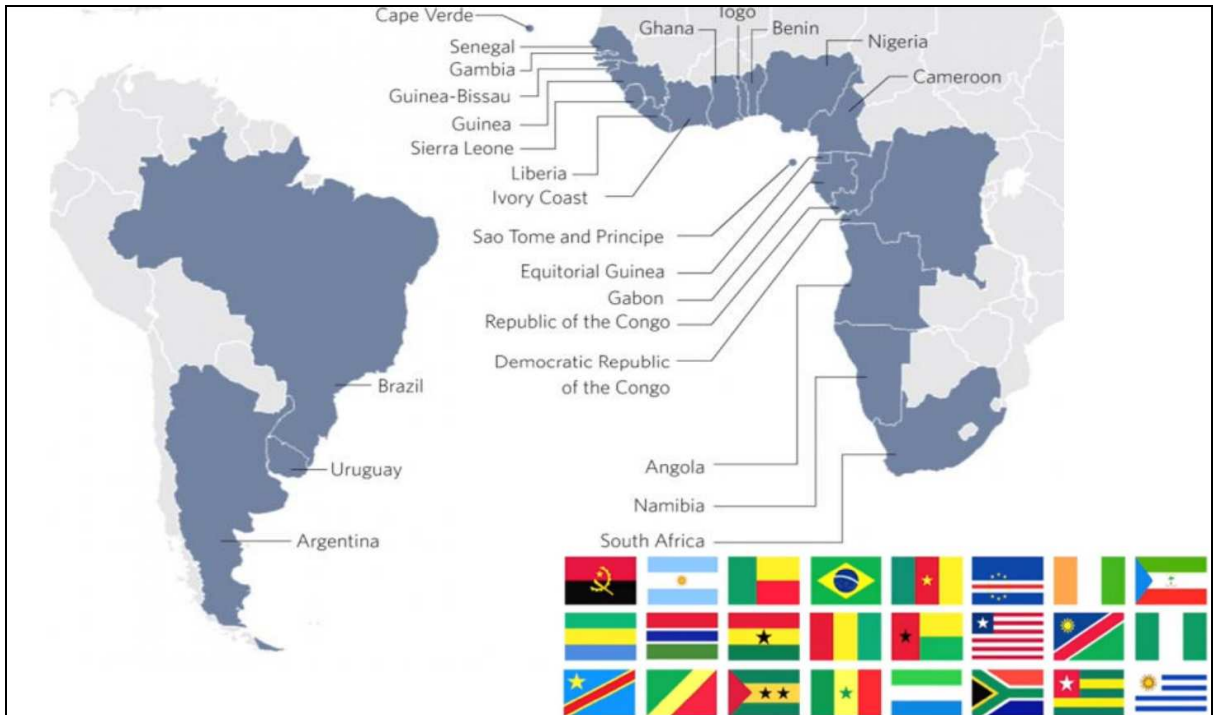
Fonte: BRASIL, 2021, p. 8.

Anexo A-2 – Presenças militares extrarregionais na ZOPACAS



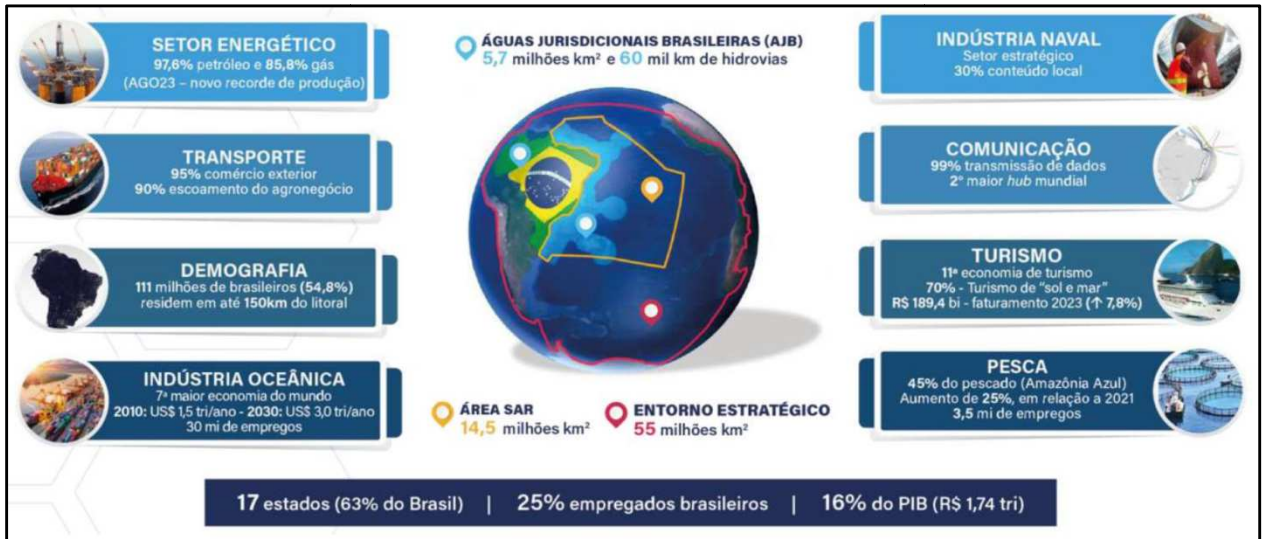
Fonte: BRASIL, 2021, p. 13.

ANEXO B – Mapa de Estados-membros da ZOPACAS



Fonte: Carvalho, [2022], p. 8.

ANEXO C – Importância do mar para o Brasil



Fonte: Brasil, 2024e, p. 4.